

**Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda**

Ano XII | N.º 25 | 1ª Série | Junho 2009

*Publicação Semestral*

*Edição Núcleo de Animação Cultural | Câmara Municipal da Guarda*

*Direcção Virgílio Bento, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda*

*Coordenação Alexandra Isidro*

*Conselho Editorial Américo Rodrigues; Antonieta Garcia; António José Dias de Almeida; Helder Sequeira; José Manuel Trigo Mota da Romana; Mário Cameira Serra; Vítor Pereira*

*Produção Executiva Ana Leonor Pereira da Silva, Ana Maria Barbosa e Paula Cristina Cunha*

*Depósito Legal 261019/07*

*I.S.S.N 0873-8343*

*Book design, tipografia & composição [TR] / Culturguarda, E.M.*

*Tipos de letra utilizados Adobe Jenson Pro by Robert Slimbach } Rockwell by Monotype Design Studio } Onyx by Adobe Regular }*

*Impressão Marques & Pereira Lda*

*Tiragem 1000 exemplares*

Telefone: 271 205540 | Fax: 271 205546  
E-mail: [cultura@mun-guarda.pt](mailto:cultura@mun-guarda.pt) / [nac.guarda@mun-guarda.pt](mailto:nac.guarda@mun-guarda.pt)

A Câmara Municipal da Guarda respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas.

.....

**Altar votivo a *Banda Brialeacus*, do Castro  
dos Castelos Velhos (Guarda)**

**José d'Encarnação  
Adriano Vasco Rodrigues**

A lápide que motivou este estudo foi descoberta, juntamente com outras, destruídas pela urbanização do castro dos Castelos Velhos, nas imediações da Guarda, em meados da década de 1990-2000. Este fragmento salvou-se graças ao empenhamento dos irmãos Álvaro Estêvão e Paulo, que o recolheram no terreno onde edificaram as suas casas, nos finais daquela década, e o ofereceram ao segundo subscritor desta nota, que o tenciona entregar, após a publicação, ao Museu da Guarda.

Na fotografia aérea anexa, indica-se o local do achado e o contorno do castro.

### *Antecedentes histórico-arqueológicos do sítio*

Até finais da década de 1980/90, este terreno conservou-se rústico, constituindo uma reserva arqueológica, sobranceira à Póvoa do Mileu, conhecida pela igreja românica e pelo *hippocaustum* romano, identificado por A. V. R., o segundo subscritor deste artigo, que ali trabalhou durante a primeira fase das escavações arqueológicas, de 1951 a 1954.

Quando, na década de 1990/2000, a Câmara Municipal da Guarda autorizou a urbanização da área do castro, A. V. R., que então residia na Bélgica, protestou junto do Presidente da Câmara, e chegou mesmo a escrever um artigo num jornal local, pedindo a preservação da zona, atendendo, nomeadamente, à proximidade dos vestígios arqueológicos e à possibilidade de ali virem a ser encontrados outros com eles relacionáveis.

O Presidente esclareceu, em resposta, que apresentara o problema ao I. P. P. A. R., o qual enviara técnicos, que visitaram os Castelos Velhos, com vista a emitirem parecer sobre a importância histórico-patrimonial do sítio.

O tempo oficial passou, a resposta não chegou, pelo que o Presidente da Câmara deduziu que o espaço não teria, de facto, qualquer interesse arqueológico e... autorizou a urbanização. Mas, na realidade, o sítio estava perfeitamente identificado como de interesse arqueológico. Além de vários testemunhos, entre eles o do General João de Almeida, havia o dos arqueólogos Afonso do Paço e D. Fernando de Almeida, que, em 1971, haviam visitado os Castelos Velhos, classificando-os de castro. Nessa visita disseram *ser fácil assinalar três ordens de muralhas castrejas típicas e, na parte mais alta, uma grande plataforma. Pelo solo, lavrado de fresco, abundavam fragmentos de cerâmica nitidamente castreja e de telhas de rebordo.*

Concluíram ter tido ali assento um grande castro habitado até à romanização. D. Fernando de Almeida acrescentou:

– *Pena é que nenhum cuidado na vigilância destas parcelas do património nacional evite o seu desaparecimento persistente e contínuo.*<sup>1</sup>

Em 1941, o Dr. Carlos de Aguiar, que o prospectara, notou à superfície abundância de pedra talhada e grande quantidade de *tegulae* e vestígios de habitações antigas.<sup>2</sup>

E não foram assinalados só achados pré-históricos e romanos, mas também moedas visigóticas, entre elas um *tremisse* de ouro do rei Égica (687-700 d. C.).<sup>3</sup>

O General João de Almeida foi o primeiro estudioso que referiu a importância arqueológica deste local, dizendo que, em 1900, eram visíveis *alguns pedaços das muralhas do lado norte e também os alicerces da fortificação romana permitindo a reconstrução de todo o seu traçado.*<sup>4</sup>

João de Almeida levantou a hipótese, que não comprovou, *de ali se terem alojado, durante algum tempo, os fabri da Legião V Alauda, encarregada da abertura da estrada romana que ia de Lancia Oppidana a Bracara e a Astorga (ibidem, p. 55).* É que o general estava convencido de que a cidade da Guarda fora edificada sobre a romana *Lancia Oppidana...* Completou a sua informação dizendo que, no primeiro quartel do séc. XX, *nos Castelos Velhos eram abundantes os vestígios romanos: tegulae, mós de moinho manual, blocos de pavimentos romanos, restos de columnas (ibidem).*

Na altura em que se iniciou a urbanização, persistiam no solo restos cerâmicos castrejos e romanos e até foram encontradas fíbulas circulares de bronze. Infelizmente, a destruição desta fortificação lusitana romanizada começara muitos anos antes, ainda no séc. XIX, com a reutilização de pedra em construções da Póvoa do Mileu. Em 1928, segundo o General João de Almeida, recorreram à muralha para fabricar brita destinada à reparação da estrada da Guarda a Vilar Formoso. Enfim, se as ruínas tivessem persistido, decerto a urbanização não teria ido avante...

Não devemos dissociar os Castelos Velhos das vizinhanças romanizadas, em particular do Mileu. São muitos os testemunhos epigráficos, numismáticos, artísticos e monumentais desta área. Da via romana que ia de Mérida a *Astorga* e atravessava o local onde foi edificada a Guarda, restaram, até há uma vintena de anos atrás, dois troços: um, no Bonfim e outro na Dorna. Esta via era conhecida por *Estrada de Herodes.*<sup>5</sup>

Entre a Guarda e a vizinha povoação de Famalicão da Serra, foram encontrados quatro miliários. O consagrado ao imperador Tácito e um outro, dedicado a Constantino I, deram entrada no Museu da Guarda<sup>6</sup>; os outros – um também consagrado a Tácito e o outro a Constâncio Cloro e Galério Maximiano – foram doados à Associação dos Arqueólogos Portugueses, de cuja Secção de Arqueologia e História, César Pires que os dera a conhecer,<sup>7</sup> era, na altura, o secretário.<sup>8</sup>

Mais próximo da Guarda, apareceu a conhecida inscrição do Mileu, consagrada a Frontão Taporo<sup>9</sup> e o cipo funerário romano dedicado a duas filhas de Trício.<sup>10</sup>

Também têm sido encontradas moedas. Assim, em 1959, em plena cidade, os operários que trabalhavam na confluência da Rua Almirante Reis com a do Asilo, tiveram oportunidade de vender as moedas romanas que ali acharam. Dessas, foi recuperada uma, de Constâncio II (324-361), que Adriano Vasco Rodrigues entregou ao Museu local. Mas já antes, em 1949, segundo informa Eugénio Jalhay (art. cit., p. 572) se haviam descoberto, numa mina próxima do local onde estava o cipo, a caminho da povoação da Menoita, 356 moedas romanas; cerca de uma centena foram adquiridas pela Câmara Municipal e integradas na secção de Numismática do Museu.<sup>11</sup>

### *O enigma do topónimo Mileu*

Uma interrogação que se levantou a partir do séc. XVIII foi a da explicação do topónimo Mileu, dando lugar a explicações fantasistas. A tradição popular simplificou o problema, contando que, numa noite, há muitos séculos, os ladrões assaltaram a igreja, para roubar a valiosa coroa da Senhora. Quando seguravam a argola da porta para a fechar, exclamaram:

– *Agora nem mil nos apanham!*

Ouviu-se uma voz responder:

– *Para mil, eu!*

Os ladrões ficaram presos à argola.

Em 1953, Adriano Vasco Rodrigues identificou a argola como sendo um bracelete da II Idade do Ferro, provavelmente lusitano, e diligenciou para que fosse retirado e levado para o Museu.<sup>12</sup>

Até 1951, altura em que foram acidentalmente postos a descoberto testemunhos romanos junto do Mileu, os diversos autores foram sempre recusando, apesar de tudo, qualquer antecedente romano naquele local. Por exemplo, como Frei Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano*, afirmava que a igreja do Mileu derivara de um templo romano, Carlos Alexandre de Aguiar decidiu criticar severamente aquele eclesiástico, numa série de artigos sobre as origens da Guarda, escritos em 1941, pois... disse não se conheciam vestígios! (o. c., p. 6). Uma dezena de anos depois esses testemunhos foram encontrados!...

Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no *Elucidário*, considera equivalentes *Mileo*, *Mirlao*, *Milrreo* e *Milieu*. Assinala que, junto dos sítios denominados Mileu ou equivalentes, houve albergarias e hospitais para apoiar os Franceses e estrangeiros (comparáveis, segundo ele, a uma ave migratória, o esmerilhão), gente que vinha à Península combater os Muçul-

manos.<sup>13</sup> Ainda na mesma ordem de ideias, Viterbo faz remontar os Mileus à tomada de Coimbra, assinalando ali a Mata dos Mirlaos, junto ao Mosteiro de São Jorge, fundado no tempo do Conde Sesnando. Será talvez por isso que chega a associar o topónimo Mileu ao nome de um tecido medieval francês.<sup>14</sup>

Estas explicações não justificam, porém, a prístina existência aí do culto à Senhora do Mileu, que também persiste em Marialva e em Veiros, por exemplo.

Frei Agostinho de Santa Maria atribui o topónimo Mileu aos Árabes, com o significado de ‘milagre’: os muçulmanos, impressionados com um milagre ali feito pela Virgem, ter-lhe-iam dado este nome.

Estas explicações não satisfizeram o segundo subscritor deste artigo, que procurou junto de investigadores franceses encontrar uma explicação. Ajudou-o o Professor Jacques Vilancher, com quem trabalhou na *Schola Europae* (U. E.).

Este professor relacionou Mileu com a palavra romena *mila*, que significa  *piedade*, expressando um sentimento de compreensão, caridade e compaixão por alguém.<sup>15</sup>

Curiosamente, já depois de publicada a interpretação do Prof. Vilancher, foram encontradas numa mina, no Mileu, moedas romanas que traziam esculpida a imagem da *Pietas*, a Piedade,<sup>16</sup> númen assaz frequentemente representado na numária romana, até por ser de particular devoção dos imperadores, que amiúde gostavam de ser reconhecidos como «piedosos». Este achado poderia sugerir um culto à *Pietas*, ainda na romanização.<sup>17</sup>

Curiosamente, junto da igreja da Senhora dos Remédios, na Guarda e não distante do Mileu, há uma fonte ligada a uma mina, onde também foram encontradas moedas onde a efígie representada era a da divindade *Salus*, «a Saúde». Nos finais do séc. XVI, o humanista Simão Antunes de Pina colocou na fonte uma lápide com a inscrição *SALVS INFIRMORVM*, conhecida invocação das litanias a Nossa Senhora, «saúde dos enfermos», acompanhada pelo seu selo. Em 1950, quando limpavam a mina, encontraram um baixo-relevo de mármore, do tamanho da palma duma mão, representando uma divindade feminina; não estava, no entanto, acompanhada dos símbolos da deusa *Salus*: o ceptro, a pátera e a serpente.<sup>18</sup>

### *A epígrafe votiva*

O achado do fragmento epigrafado – que deu azo a esta introdução histórica acerca do sítio e do seu significado ao longo dos tempos – vem, sem dúvida, trazer mais importância ao local.

Felizmente, Mileu<sup>19</sup> está a ser, agora, alvo de cuidadosas intervenções arqueológicas, por parte dos técnicos camarários, com vista à reabilitação dos vestígios romanos postos a des-

coberto (ainda que se discuta a sua identificação como *villa* ou como *vicus*) e à eventual criação de um Centro Interpretativo das ruínas, que se harmonize com as tradicionais festividades ali realizadas em honra de Nossa Senhora. Aliás, diversos trabalhos académicos – quer na área da Arqueologia quer da Museologia – têm procurado equacionar a problemática que o sítio levanta.<sup>20</sup>

Estamos perante o fragmento de um altar, de granito da região, de grão fino e forte pátina acastanhada e evidentes sinais de reutilização, pois lhe foi escavada, sensivelmente ao meio, uma reentrância em jeito de cauda de andorinha, com apenas cerca de dois centímetros de profundidade, não sendo, por isso, possível identificar a sua finalidade.

Na reutilização desapareceu a parte superior, hoje irregular. Na face esquerda, sofreu escoriações que não afectaram, porém, o texto ali gravado e resta, ainda, na parte inferior, uma porção da superfície alisada original. À direita, está completo, alisado, podendo, assim, garantir-nos que ambas as faces laterais primitivas do monumento eram alisadas, como o é também a sua face posterior. Na zona inferior, a superfície de fractura é muito irregular e falta uma boa porção a seguir às duas linhas visíveis, pois um monumento deste género deveria apresentar a identificação do dedicante e, pelo menos, uma fórmula votiva final – e tudo isso desapareceu. Aliás, é bem nítido o desgaste que a superfície epigrafada sofreu quer no começo do que consideramos a linha 1 quer sob a linha 2, onde nada se distingue de eventuais caracteres que aí houvessem sido gravados.

São as seguintes as suas (máximas) dimensões actuais: 22 x 25 x 11,5 cm.

Lemos:

[...] [?] / [?] [BA]NDI / BRIA[LE]AECO / [...] [?]  
 [...] [?] A *Bande Brialeeco* [...]

Altura das letras: l. 1 e 2: 4,5/5 (R = 4,5, O = 2). Espaços: 1: 4,4; 2: 1/1,3; 3: 6 (?)

É, naturalmente, muito hipotética qualquer reconstituição da primeira parte da (actual) l. 1, dado o desgaste a que a superfície aí foi sujeita. Ainda nos pareceu possível descortinar BI, mas... a questão está também em saber se estamos perante o fragmento superior do altar ou a sua parte mediana; ou seja, também é plausível que o nome do dedicante antecederse a identificação da divindade.

Os caracteres são actuários, traçados com alguma liberdade: N levemente assimétrico; D oblongo; I sem vértices assinalados por barras; B e R bastante cursivo, diríamos, pois que o primeiro se assemelha a um 8 e o R é bem aberto; A esguio, ligeiramente inclinado para

trás, sem que nos seja possível garantir se teria, ou não, tido barra transversal; E de barras aparentemente desiguais (devido, certamente, à irregularidade da superfície); C estreito, contendo o O final.

Independentemente da escassez do texto, não se nos afigura difícil aceitar que estamos perante mais um testemunho do culto à divindade indígena *Banda* (quer se lhe atribua esta ou outra forma no nominativo), aqui no dativo em *-i*, outras vezes documentado. O epíteto *Brialeaecus* também já era conhecido, ainda que com outra grafia: recorde-se um dos mais antigos testemunhos documentados: o altar guardado em Orjais (Covilhã), numa casa particular, dedicado *Bandeī Brialeacui* por *Severus Abruni filius*.<sup>21</sup> Já se teve também ocasião de informar<sup>22</sup> que existe uma outra ara, também proveniente de Orjais, dedicada à mesma divindade e grafada da mesma forma: *Bandeī Brialeaicui*; encontra-se na posse de Francisco José Fazendeiro Geraldês, morador na Covilhã e um apaixonado por antigualhas romanas, que teve a gentileza de a mostrar a um de nós (J. d'E.), vai para vinte anos; ainda não houve, porém, a possibilidade de se fazer dela o conveniente estudo epigráfico. Por conseguinte, o altar dos Castelos Velhos é o terceiro que surge sob esta precisa invocação.

Sobre o significado do vocábulo *Banda* (nesta ou noutra forma, repetimos), cremos que, apesar de todas as tentativas de explicação diversa, nos parece ser de manter a de se tratar do teónimo principal, ou seja, atribuir-lhe um significado substantivo – preferimos próprio a comum («do tipo *deus*, *tutela* ou *lar*», como escrevem J. de Hoz de F. Fernández no texto citado a seguir) –, de divindade tutelar, sendo o epíteto um adjectivo de carácter tópico ou etnonímico.<sup>23</sup>

Até agora, porém, nenhum dos linguistas que se tem dedicado ao estudo do vocabulário pré-romano (ainda que sob ‘vestes’ latinas) ousou pronunciar-se sobre o que *Brialeaicus* poderá significar.

De acordo com o que se tem considerado habitual, *-aicus* será o sufixo adjectival; resta-nos, pois, *Briale*, que, na verdade, não encontra paralelo nem nos nomes a que convencionámos chamar de ‘indígenas’ nem no vocabulário romano.<sup>24</sup> Será, mui provavelmente, topónimo ou etnónimo. A não ser que detenha uma significação abstracta e, nesse caso, seríamos tentados a relacionar o termo com a palavra *brial*, existente em castelhano e em português, com dois significados assaz interessantes neste domínio: «espécie de camisola que os cavaleiros armados vestiam sobre as armas ou, quando desarmados, sobre o fato interior» e «vestido feminino de pano precioso». Em Trás-os-Montes, ‘brial’ designa qualquer peça de vestuário. Não lográmos encontrar, por enquanto, a etimologia do vocábulo; mas, na verdade, não deixa de ser aliciante aplicar esse atributo a uma divindade: tal como essa veste, preciosa ou não, usada em contexto bélico ou nas solenidades do quotidiano, a divindade ficava, assim, com o seu carácter protector muito mais acentuado!...



Duas reflexões finais:

A primeira prende-se com o facto de, se este testemunho, como se presume, provém originariamente do local onde foi encontrado, o culto a *Banda* sob a invocação *Brialeacus* não se confinaria, pois, a Orjais, ainda que a distância entre os dois sítios também não seja, neste caso, significativa e não infirmaria a ideia de estarmos perante um culto localizado.

Relaciona-se a segunda com a circunstância, óbvia, de termos aqui um local sagrado desde prístinas eras e que o Cristianismo não descurou. Tal como dizemos amiúde que o culto à Senhora do Almortão poderá ter radicado na devoção a *Igaedus*<sup>25</sup>, porque não pensar que a veneração a Nossa Senhora da Póvoa do Mileu teve a sua origem num culto pré-romano?<sup>26</sup> Claro que, para isso, também deveríamos encontrar ali maior número de ex-votos. O futuro o dirá!<sup>27</sup>



Fig. 1 - Lápide dos Castelos Velhos da Guarda. Foto de A.V.R.



Fig. 2 - O traço contínuo delimita a área do castro dos Castelos Velhos (Guarda)  
Foto cedida por gentileza do Dr. Álvaro Estêvão.

## Notas:

- 1 RODRIGUES, Adriano Vasco, *Guarda, Monografia*, Guarda, 2000, p. 55-56.
- 2 AGUIAR (Carlos Alexandre de), «Origens da Cidade da Guarda», revista *Altitude*, nº 2, 1941, p. 5-10.
- 3 Adquirido na Guarda, em 1957, pelo médico Dr. Pereira da Silva. Classificada por Adriano Vasco Rodrigues: cf. «Subsídios numismáticos para o estudo da dominação suévica-visigótica na região da Guarda», *Bracara Augusta*, 9-10, 1958-1959, p. 25-29.
- 4 ALMEIDA (João de), *Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*, Coimbra, 1943, p. 55.
- 5 JALHAY (Eugénio), «Inscrições romanas do Museu da Guarda», *Brotéria*, 50 (5), 1950, p. 560-572.
- 6 Cf. JALHAY, 1950, respectivamente, p. 562 (nº de inventário 1085) = ILER 6058; e p. 565 (nº de inventário 1086) = ILER 6059. [ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona, 1971 e 1972]. O primeiro é dado como procedente de Barreiras e data de 276. O segundo é de Colerdordem.
- 7 PIRES (César Alves de Azevedo), «Miliários inéditos. Sua descrição e interpretação», *Arqueologia e História*, 6, 1928, p. 150-153. O de Tácito foi identificado na Quinta do Cadouço; o de Constâncio e Maximiano na Quinta da Tringinha ou Tapada da Eira.
- 8 Cf., em relação ao de Tácito, datado de 275: *Hispania Epigraphica* 5 1995 nº 1026, que cita ALMEIDA (Justino Mendes de) e MOSER (Maria Isabel Pestana de Mello), «As inscrições lusitano-romanas do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Catalogação e Estudo) (1ª Parte)», *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, I, Lisboa, 1990, p. 134. Do dedicado a Constâncio Cloro e Galério Maximiano ter-se-á perdido o rasto, pois não o referem os dois citados autores. Segundo informação do Dr. José Morais Arnaud, presidente da Associação, em mensagem que nos enviou a 12 de Março de 2009, «é possível que se tenha extraviado na remodelação da DGEMN, entre 1946 e 1949». Anote-se, a propósito, que também Maria Manuela Alves DIAS [in «Epigrafia romana», in ARNAUD (José Morais) e FERNANDES (Carla Varela), *Construindo a Memória (As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo)*, Lisboa, 2005, 220-233] não estuda nenhum dos dois miliários citados, o que não deixa de ser estranho, dado que, pelo menos, um deles existia na colecção em 1990.
- 9 RODRIGUES (Adriano Vasco), «A propósito de uma lápide do Mileu (Guarda)», *Humanitas* 9-10 1957-1958 96-99; IDEM, *Guarda – Monografia*, 2000, pág. 38. Para mais informações sobre a problemática que a epígrafe levanta, pode consultar-se, por exemplo, *Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior – Inovação ou Continuidade?*, de Ana Paula Ramos Ferreira, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 34), 2004, nº 221, p. 188-189, com mais bibliografia, remetendo, de modo especial, para o seu texto «Sobre a dispersão dos *Tāpori*: algumas notas de reflexão», *Conimbriga* 35, 2000, p. 107-128 (onde a inscrição é estudada nas p. 172-173).
- 10 Cf. a referida obra de Ana Paula Ramos Ferreira, que o estuda sob o nº 220 (p. 188), com actualização bibliográfica.
- 11 Escreveu-nos Mestre Dulce Helena Pires Borges: «Em relação aos denários romanos a indicação que temos é que foram encontrados na povoação da Menoita, por Joaquim João Gonçalves e José do Nascimento Ferreira, quando procuravam minério (volfrâmio). A quantidade total seria cerca de 300 moedas, das quais o Museu (Câmara Municipal) comprou 259, sendo 101 denários. A descoberta teria acontecido no ano de 1942». Foi publicado, como se sabe, o catálogo *As Moedas Romanas do Museu da Guarda* (IPM / Museu da Guarda, 2002), da autoria de João Parente, onde se poderão colher mais elementos acerca dos numismas em apreço.
- 12 RODRIGUES (Adriano Vasco), «Um bracelete lusitano da estância arqueológica do Mileu», *Horizonte* (Guarda), 4 (40), Jul. 1957, p. 9-11. Segundo gentilmente nos informou a Directora do Museu, a peça está exposta, tem como nº de inv. 449 e encontra-se reproduzida no Roteiro do Museu.
- 13 Sintetizámos o que Viterbo – Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, de seu nome completo – escreve no tomo II (G-F) da sua obra monumental *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...*, s. v. «Milheu» (p. 89) e «Mirleu» (p. 90). Está disponível na Internet – <http://de.bnportugal.pt/L14591-2/> – a 2ª edição, datada de Lisboa, 1865. Na verdade, a explicação que ele apresenta de os Portugueses chamarem de Mirleus aos Franceses e estrangeiros é deveras curiosa: viria o vocábulo do alemão «mirle», nome de uma espécie de açafrão do tamanho de um melro, que, arribando a Portugal no Inverno, aqui lhe chamam «esmirilhão»; na Primavera, volta para donde veio; assim esses Mirleus, «pois os que vinham de França e outras partes regularmente falando, só aqui se demoravam enquanto os seus interesses os detinham» (o. c., s. v. «Mirleu»). Viterbo diz que há várias terras com esse nome em Portugal, mas não traz nenhuma referência especial ao topónimo junto da Guarda, donde poderemos deduzir que não teria, então, notoriedade bastante.

- 14 S. v. «Milheu» (o. c., p. 89), escreve: «Parece ser pano que vinha de França». E aduz para o efeito um documento de São Tiago de Coimbra, datado de 1319, onde se refere um manto de milheu «sarado com cendal verde». E nessa entrada manda confrontar com «Mirleu» e «Mirleus».
- 15 Transcreveu-se o estudo do Prof. Jacques Vilancher no já citado livro *Guarda Monografia*, p. 128-129.
- 16 Esta informação, que agradecemos, foi-nos proporcionada por um professor do Instituto Superior Politécnico da Guarda.
- 17 A *Pietas* (*Eusebeia*) unia os romanos na reverência aos deuses, na afeição dos imperadores ao povo, na ternura dos pais aos filhos e vice-versa e na amizade aos vizinhos. O culto da *Pietas* romana era, pois, diferente do conceito que temos da piedade Cristã. Sobre a importância da *Pietas* entre os Romanos, podem ler-se, com muito proveito, as páginas que a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira lhe dedicou no seu livro *Estudos de História da Cultura Clássica – II volume – Cultura Romana*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 32002, p. 338-342.
- 18 Este testemunho foi adquirido pelo Capitão João Pessoa, então residente na Guarda.
- 19 Refira-se que foi classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto-Lei n.º 37 728, de 05-01-1950, com definição de Zona Especial de Protecção em 21-09-1972, pelo Decreto-Lei n.º 221.
- 20 Cite-se, a título de exemplo: PEREIRA (Vitor), «Intervenção arqueológica na Póvoa do Mileu (Guarda)», in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia* (Actas das 2.ªs Jornadas de Património da Beira Interior, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, 2005, p. 229-248. A Dra. Alcina Cameijo, prepara tese de mestrado sobre o sítio, no âmbito da Museologia.
- 21 Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 125-126.
- 22 Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), «Divindades indígenas da Lusitânia», *Conimbriga*, 26, 1987, p. 19.
- 23 Cremos não ser necessário alongarmo-nos em citações, dado que tem sido esta uma das divindades mais estudadas. Permita-se-nos, pois, que remetamos para um dos últimos contributos de síntese: HOZ BRAVO (Javier de) e FERNÁNDEZ PALACIOS (Fernando), «Band-», in RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 45-52. *Luguanus* é um dos novos epítetos identificados desta divindade: cf. ÂNGELO (Maria João) e ENCARNAÇÃO (José d') «Epígrafes votivas da Torre dos Namorados (Quinta da Torre, Vale Prazeres, Fundão)», *Conimbriga*, 47, 2008, 103-111; aí se inclui um mapa de localização dos achados com este teónimo.
- 24 Nem sequer para um eventual radical brial- se encontra algo de parecido. O mais próximo poderia ser *Bri-gantium*; mas não oferece possibilidade de comparação.
- 25 Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 199-200.
- 26 Ainda que seja hipótese que consideramos inviável – ou, pelo menos, de mui difícil demonstração – não deixaria de ser sugestivo relacionar 'brial', na sua acepção de vestimenta especial, com aquele significado que Sousa Viterbo atribuiu a «milheu», o tal «pano que vinha de França»!...
- 27 Este estudo enquadra-se, pela parte de José d'Encarnação, no projecto de investigação «Epigrafia e Imagens da Antiguidade e Época Medieval», do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).